

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: SOBRE DESAFIOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Francisca Geny Lustosa
Universidade Federal do Ceará
franciscageny@yahoo.com.br

Márcia Gardênia Lustosa Pires
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB),
[gardenialustosa@yahoo.com.br\(1\)](mailto:gardenialustosa@yahoo.com.br(1))

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre uma pesquisa junto aos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Fortaleza, que buscou conhecer melhor os desafios e as dificuldades vivenciadas na oferta e no funcionamento desse serviço, no contexto da escola regular, bem como perceber se a formação continuada destinada a esses profissionais possibilita-lhes o desenvolvimento de uma ação pedagógica que contemple as especificidades desse trabalho. O estudo em tela, alia uma investigação de campo, com abordagem qualitativa, na qual foram utilizados como procedimento para coleta de dados, entrevista com três professoras que atuam no AEE, bem como uma das coordenadoras da Célula de Educação Especial da Secretária Municipal da Educação, responsável pelo acompanhamento das formações continuadas em serviço de professores do AEE, de uma das seis regionais de Fortaleza. De acordo com a pesquisa, concluímos que as formações continuadas, na visão das entrevistadas, se dão de forma satisfatória. Todavia, é possível perceber indícios de fragilidades formativas que, possivelmente, refletem na prática pedagógica com esses alunos, ainda pouco significativa em termos de impactos reais na evolução das aprendizagens escolares.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre os dados evidenciados em uma pesquisa realizada junto aos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Fortaleza, que buscou conhecer melhor os desafios e as dificuldades vivenciadas na oferta e no funcionamento desse serviço, no contexto da escola regular. O intuito da investigação também contemplou perceber se a formação continuada destinada a esses profissionais possibilita-lhes o desenvolvimento de uma ação pedagógica que contemple as especificidades desse trabalho.

Esta preocupação inicial nos instigou delinear para esta escrita o panorama de alguns referentes à organização, funcionamento e principais desafios postos ao desenvolvimento do AEE na rede de ensino municipal de Fortaleza, a partir de sua realização nas escolas. Adotamos como procedimento metodológico a organização de informações a partir do conhecimento que temos da área¹, aliada a entrevista e observações sobre o trabalho realizado, em busca de evidências de como os professores de AEE estão protagonizando essa ação, considerando o panorama da política, programas e projetos educacionais em curso, nas últimas décadas.

METODOLOGIA

No intuito de obter explicações e interpretações da realidade acerca da atuação e da formação dos professores para o AEE das escolas públicas do município de Fortaleza, o estudo em tela, alia uma investigação de campo, com abordagem qualitativa, no qual foram utilizados como procedimento para coleta de dados, entrevista com três professoras que atuam no AEE, bem como uma das coordenadoras da Célula de Educação Especial da Secretária Municipal da Educação, responsável pelo acompanhamento das formações continuadas em serviço de professores do AEE, de uma das seis regionais de Fortaleza.

A fim de encontrar uma gama maior de informações que possibilite uma construção mais real da situação investigada, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais do Município de Fortaleza, sendo três professoras que atuam no AEE e uma coordenadora da área da Educação Especial, uma das responsáveis pelo acompanhamento da formação continuada em serviço, oferecida para essas educadoras.

As entrevistas abordam principalmente questões relativas ao percurso formativo, dificuldades na prática pedagógica, bem como as percepções desses sujeitos a respeito das formações vivenciadas: quais os principais desafios que enfrentam no trabalho do AEE? Quais formações (inicial e continuada) esses profissionais tiveram e/ou estão recebendo para a atuação junto ao AEE? Quais as propostas e as metodologias de formação continuada em serviço são desenvolvidas, atualmente, pela Secretaria Municipal da Educação (SME) do Município de Fortaleza a fim subsidiá-las no desenvolvimento da prática do AEE, na sala de

¹ As implicações com a temática aqui apresentada se dão em função de nosso contato permanente com sujeitos com deficiência e suas famílias, realizado cotidianamente no espaço da escola regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), espaços em que atuamos profissionalmente como pesquisadora e militante, respectivamente.

recursos multifuncionais? Sob o ponto de vista desses professores, as formações recebidas foram e/ou são suficiente para orientar essa atuação? Buscamos conhecer as estratégias de formação desses professores, no contexto da Educação Especial, no caso a formação continuada em serviço. No caso da coordenadora, foram feitos questionamentos relacionadas às propostas, acompanhamento e aos objetivos das formações continuadas em serviço promovidas pela SME; consistiram em um roteiro previamente estabelecido.

A pesquisa foi realizada no mês de Outubro de 2014, nas escolas que as professoras atuam, ou seja, três escolas municipais que funcionam como escolas-pólos para o AEE, atendendo alunos-público da Educação Especial, da escola e de sua circunvizinhança. A construção da análise se baseia nos dados obtidos pelas entrevistas, transcritas e categorizadas².

1 A prática no AEE: Metodologias Desenvolvidas e Dificuldades Vivenciadas

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), orienta que profissional do AEE deve possuir formação inicial que o habilite para a docência e que possua formação específica na área da educação especial³.

Em relação a suas formações, as professoras afirmam as motivações que as influenciaram a seguir profissionalmente para a área de educação especial, sendo apontadas a realização de cursos de especializações em Psicopedagogia e Educação Especial como influência maior.

² Os dados das entrevistas foram registrados através de gravações do áudio, mediante um termo de consentimento livre que foi assinado pela entrevistadora e pelos sujeitos entrevistados.

³ Em relação ao perfil das docentes entrevistadas por esse estudo, seus percursos formativos e profissionais, bem como as motivações que as fizeram optar por essa área de atuação se apresentaram muito semelhantes. Duas das professoras são graduadas em Pedagogia, uma pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e a outra pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e a terceira professora, é graduada em letras/português também pela Universidade Federal do Ceará. Quanto a cursos em nível de especialização, duas tem aprofundamentos na área da Psicopedagogia clínica e institucional e outra em Educação Inclusiva/Especial, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), além da especialização em AEE, promovida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). As docentes entrevistadas possuem entre 11 a 13 anos de trabalho na prefeitura. Antes de atuarem no AEE foram professoras da antiga sala de apoio pedagógico, espaço que atendia alunos com dificuldades de aprendizagem.

Eu fiz disciplinas na graduação, eram opcionais. Na especialização foi superficial, pois foi psicopedagogia. (Professora 1).

Na graduação não fiz disciplinas com conteúdos voltados para esses alunos. A especialização me abriu os horizontes. (Professora 2).

Eu tive uma disciplina optativa que falava sobre educação especial, deu uma introdução bem superficial, bem geral de diversas deficiências. A psicopedagogia me deu um olhar muito mais motivacional. (Professora 3).

Todos os depoimentos foram seguidos de declarações que enunciavam interesses prévios nos alunos público-alvo desse atendimento. Entretanto, convém ressaltar a declaração de uma das professoras quando afirma suas justificativas:

Eu sempre gostei, sempre quis **entender o que acontecia com essas cabecinhas complicadas que não aprendiam** (Professora 1).

Destacamos em negrito parte do discurso da professora, intencionalmente para acentuarmos o fato de que, apesar de o discurso da professora revelar seu interesse por esse segmento de alunos, observamos que o conteúdo de sua fala denuncia as concepções sobre esses alunos.

A expressividade quantitativa de salas para o funcionamento do AEE⁴ no contexto educacional local, todavia, não se traduz, na mesma medida, em discursos mais animadores

⁴ A secretaria de educação do Município de Fortaleza tem hoje 125 salas de recurso multifuncional, divididas entre essas regionais, possuem salas de recursos multifuncionais (SRM), funcionando como escolas-pólos para o AEE. Essas escolas atendem alunos público-alvo da própria escola e de escolas vizinhas. As SRM da rede municipal de ensino de Fortaleza são identificadas pelas nomeações de Salas do tipo I e tipo II (montadas pelo MEC) e salas tipo III (montadas com recursos próprios da secretaria). Com a montagem da SEM com recurso próprio, a secretaria de educação garantiu, assim, uma expansão quantitativa desse equipamento e a promoção do serviço do AEE nas escolas, em função da presença de alunos público-alvo do atendimento. Acrescentamos aqui que a sala do tipo III, diferencia-se em equipamentos daquelas de padrão MEC (tipo I e tipo II) por contarem apenas com a aquisição de jogos pedagógicos e outros materiais de expedientes e de ludicidade, sem recursos de acessibilidade ou tecnológicos.

quanto ao sucesso da inclusão dos alunos na escola regular. O quadro situacional da rede de ensino, em relação às salas de AEE, evidencia que muitas são ainda as dificuldades a serem geridas pedagogicamente e administrativamente. Segundo a coordenadora entrevistada: “na nossa regional, das 19 (dezenove) salas hoje existentes, 5 (cinco) não tem professor; três estão com carência e duas com professores em licença saúde”. Aliado ao pouco avanço dos alunos no ponto de vista da aprendizagem, muitos são os problemas a lidar no contexto da sala de aula, com alguns professores e gestores que, às vezes, não entendem e interferem no trabalho, etc.

No tocante às formas de operacionalização do atendimento, as professoras, todas em uníssono, enfatizam que seu trabalho se sedia no uso de jogos, computador, livros e contação de história, com o intuito de identificar e melhorar as potencialidades dos alunos, configurando assim as metodologias de intervenção realizadas. O atendimento ocorre vezes por semana, com cada aluno individualmente, porém pode vir a ocorrer em duplas ou trios; utilizam material concreto e contação de histórias, no sentido de melhorar a cognição do aluno e ajudá-lo a superar suas dificuldades.

Duas professoras relatam uma situação que vem se configurando comum quanto às formas de atendimento, contrariando a orientação estabelecida de que o AEE deve ocorrer no contraturno do aluno: quando os alunos ou seus pais possuem dificuldade em deslocar-se para a escola, nos dois turnos, o atendimento é “flexibilizado”. Essa flexibilização presente nos discursos das professoras significam que são feitos acordos com a professora da sala comum e com as famílias, de modo que esse aluno seja atendido no seu próprio turno. Ao que as professoras ajuízam, “sem prejuízos para o aluno”.

Apenas uma das professoras entrevistadas admite que o ensino colaborativo é o mais favorável para o trabalho com esses alunos, dessa forma, prefere atendê-los sempre que possível em duplas ou trios e costuma utilizar diferentes suportes, tais como: jogos, contação de história, reconto, com o objetivo de desenvolver os esquemas mentais superiores desses alunos, como por exemplo: percepção, atenção, pensamento, memória e disponibilizar materiais de baixo custo, como a prancha de comunicação, no intuito deles desenvolverem competências e aplicarem na sala de aula comum.

Nesse sentido, enfatizamos que de acordo com as orientações advindas do MEC, o Atendimento Educacional Especializado deve estar baseado nas etapas do plano de AEE desenvolvido para cada aluno a partir da elaboração do seu

estudo de caso, ou seja, o plano de AEE é elaborado de acordo com as potencialidades e dificuldades individuais identificadas no estudo de caso do aluno. Entretanto, em relação a essa dimensão, apenas uma professora fez referências ao estudo de caso do aluno e ao plano de AEE, fato esse que demonstra uma possível fragilidade na prática com esses alunos, visto que é a partir dessa metodologia que, segundo as orientações do MEC, deve centrar-se o atendimento e sobre a qual se alicerça massivamente o conteúdo das formações.

A expansão das salas de AEE, em contraposição as fragilidades ainda sentidas tanto nas concepções quanto nos conhecimentos específicos da docência e da área da educação especial em si, aliados aos problemas das condições objetivas da escola pública contemporânea, conduzem a concluir que o AEE não poderá redimir a inclusão dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Muitos são ainda os problemas, desafios e resistências. O papel do AEE e suas possibilidades de contribuição para uma educação inclusiva efetiva, precisa ser ainda sistematicamente investigado no contexto da escola.

Breves Considerações sobre as Formações Continuadas para o AEE

O estudo realizado possibilitou a compreensão de algumas proposições acerca das condições sociais concretas em que se desenvolve o Atendimento Educacional Especializado no município de Fortaleza, porém ainda apenas faz pequenas sinalizações que merecem ser aprofundadas, em estudos mais amplos e de maiores repercussões. As enunciações manifestadas nas falas dos sujeitos aqui em tela, apenas iluminam a discussão que atinge a educação pública no momento.

Os relatos das professoras indicam que a SME proporcionou, inicialmente, capacitações rápidas para que servissem como subsídio ao desenvolvimento das atividades na sala de recursos multifuncionais. Todavia, a formação que parece ter O relato da professora especializada em educação inclusiva declara que a formação do AEE, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), lhe possibilitou uma nova concepção em relação aos alunos com deficiência:

A especialização me abriu os horizontes. Eu visitei muitas escolas,
contatei muitas pessoas com

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

deficiência, eu conheci pessoas fabulosas, eu percebi que as pessoas mesmo com limitações são capazes de coisas extraordinárias. [...] O grande subsídio que nós tivemos para trabalhar na sala de atendimento foi a especialização em AEE da UFC (Professora 2).

Segundo a professora, o curso de especialização em AEE promovido pelo MEC, em parceria com a UFC, foi o mais importante para a sua formação, dentre os outros, visto que:

Foi a especialização em AEE que fez que nós pensássemos a sala de recursos de forma diferente, onde vinhessemos a ter mais compreensão do estudo de caso. De fazer a entrevista na perspectiva do desenvolvimento da criança desde o início. A gente já fazia anamnese, só que no estudo de caso a gente já elenca perguntas mais desafiadoras, que nos possibilitem conhecer a criança no seu todo, é todo um processo (Professora 3).

A especialização em AEE pela UFC, referida pela professora, aconteceu de forma semipresencial, ou seja, com alguns encontros presenciais, mas, a maior parte da formação era realizada pela plataforma TELEDUC.

De acordo com a coordenadora entrevistada, atualmente, a maioria das professoras da sala de recursos multifuncionais já possuem a especialização em AEE, pela UFC, e as novatas, que entraram nas últimas seleções, estão cursando como formação em serviço, organizada pela SME, que ocorre pela plataforma Sócrates. Essa é a indicação do MEC (2008), que a formação deve ser oferecida aos profissionais que atuam no AEE como formação continuada em serviço, bem como responsabiliza os estados por sua oferta.

Segundo as informações obtidas verificamos que a SME tem se organizado em parceria com instituições especializadas e custeado cursos específicos para as professoras do AEE, como Curso de LIBRAS, Braille, Tecnologia Assistiva e alternativas, além de promover seminário para gestores com palestras de professores mestres e doutores da área.

A prefeitura de Fortaleza tem parceria com nove instituições, quando aparece os cursos nessas instituições a gente faz a seleção das

meninas, vê quem tem aluno naquela área e encaminha (Coordenadora).

De acordo com as entrevistadas, além desses cursos específicos a SME também tem realizado formações internas, com duração de aproximadamente um ano, onde são realizados encontros presenciais e a distância. As formações são aplicadas por tutoras, no caso professoras de AEE, inclusive, uma das entrevistadas atua como tutora. Os encontros presenciais acontecem a cada quinze dias e consistem na abordagem de cada deficiência, através de estudos de casos reais dos alunos atendidos por elas e elaboração, em grupos, do plano de AEE condizente ao estudo de caso apresentado. Os encontros à distância acontecem diariamente no ambiente Sócrates. Para ilustrar, podemos destacar a seguinte fala que descreve a metodologia adotada no referido curso de formação em serviço:

A gente tem encontro presencial de quinze em quinze dias e diário no ambiente Sócrates, elas têm o tempo de planejamento para está postando as atividades que são acompanhadas pela supervisora de conteúdo, pela coordenadora do curso e pela coordenadora geral, estamos também as visitando nas escolas (Coordenadora).

Segundo a coordenadora as formações continuadas são obrigatórias e as mesmas são cobradas pelas atividades propostas no ambiente Sócrates e são acompanhadas na sala de recursos multifuncionais, no sentido de verificar como está sendo aplicado o plano de atendimento, cronograma do atendimento, utilização dos recursos e a reestruturação do plano no tempo certo.

Dessa forma, a SME, no final de cada ano letivo realiza uma avaliação dessas professoras e um dos aspectos avaliados consiste na participação nas formações continuadas, segundo a coordenadora.

Diante desse contexto, podemos observar que atualmente a SME tem se preocupado e priorizado as formações continuadas oferecidas as professoras no AEE, adotando modelos de formação que possibilitam a troca de experiências e de saberes entre o grupo, com base na realidade vivenciada. É provável que essa articulação entre os saberes

teóricos produzidos nas formações e os saberes da experiência de trabalho, induzindo dessa forma, a produção dos próprios saberes profissionais, na formação continuada possa contribuir no trabalho docente, oferecendo conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem o pensamento reflexivo, onde o professor torne-se capaz de questionar, sugerir e problematizar, construindo, dessa forma, conhecimentos (ZABALLA, 1999).

Mesmo não podendo avaliar a repercussão do curso de formação em serviço, ofertado pela SME, no conjunto das professoras que atuam no AEE, as declarações das três docentes em foco, evidenciam satisfação em relação a essas formações, pois acreditam que as propostas e as metodologias são significativas. Assim, consideram que as formações continuadas oferecidas pela SME atualmente em curso, funcionam como um subsídio importante para orientar a sua prática.

Ao que se depreende em análise essas formações concentram a noção de formação subsidiada no paradigma do crescimento profissional das professoras - aponta a valorização da experiência profissional para a produção do conhecimento, dessa forma, é considerado importante que os conteúdos das formações estejam baseados nas necessidades e preocupações dos sujeitos em questão. Indica ainda se sustentar no paradigma do *déficit*, com vias reparadoras a preencher as lacunas da formação inicial, no sentido de fornecer aos professores as competências necessárias a sua atuação. Tem muito fortemente a urgência do paradigma da mudança, uma vez que os sistemas escolares devem acompanhar as transformações do meio social. Metodologicamente, portanto, se pautam no paradigma da resolução de problemas, que busca respostas para as questões encontradas no cotidiano de cada escola onde o professor assume papel fundamental na avaliação e nas propostas educacionais.

Asseveramos a importância da qualificação cada vez maior da formação em serviço, com destaque, para o fato de que a aquisição de competências para a educação inclusiva deve ser adquirida por meio de uma prática cotidiana continuada, reflexiva e coletiva.

Conforme exposto, diante dos fatos apresentados, concordamos em existir uma ambiguidade de posições, pois, em dado momento, as professoras falam da precariedade de todo o contexto e de suas dificuldades, em outro, afirmam que as formações são boas e que estão aprendendo.

Sobre as dificuldades vivenciadas e que intervêm na prática realizada e nos objetivos do trabalho com os alunos, segundo as educadoras elas se referem aos alunos: o público-alvo desse atendimento costuma faltar excessivamente, por conta de fragilidades em relação à saúde, o que dificulta de fato o trabalho realizado, pois “fragmenta o processo de desenvolvimento das atividades” (Professora 3) e “acaba ocasionando um retrocesso para o aluno” (Professora 2).

Outra dificuldade mencionada, em particular por uma professora que não atua em uma sala montada pelo MEC, e sim, pela organização própria da SME, se dirige a insatisfação com o pouco acervo de materiais. As professoras afirmam que são elas que têm de responder as demandas do MEC quanto às atribuições de professoras do AEE, que determina a confecção de recursos de baixo custo a fim de oportunizar a aprendizagem. Aparece no depoimento das professoras a queixa por materiais de alta tecnologia. Entretanto, podemos perceber que em nenhum momento foi nominadas, nas falas das educadoras, algo que dissesse respeito aos conhecimentos acerca das tecnologias assistivas e alternativas, o que pode vir a revelar uma fragilidade formativa quanto a conhecimentos mais aprofundados na área. Também foram destacadas pelas professoras as muitas atribuições que ficam sob sua responsabilidade.

A coordenadora entrevistada confirmou o conhecimento de determinadas queixas das professoras acompanhadas por ela, que ressaltam principalmente a quantidade de crianças atendidas nas salas de AEE. Em seu relato a coordenadora aponta:

As queixas das professoras que a gente escuta em geral é a quantidade de alunos que elas atendem. Elas não atendem só os alunos da escola, elas atendem o aluno da escola e os alunos da circunvizinhança. Estipulamos uma quantidade mínima de atendimento, no mínimo doze alunos.

Segundo a coordenadora, é preciso considerar que esses atendimentos podem ser realizados em duplas ou até mesmo em trios, ou seja, mesmo que a quantidade de alunos seja considerável, torna-se algo possível: “elas têm entre 12 a 18 alunos, em geral, no entanto, existem professoras com 39 alunos em atendimento, em função de atender a circunvizinhança”. Identificamos que as professoras entrevistadas se queixam da quantidade de alunos e do volume de demandas a suas funções.

De acordo com os relatos, outro problema também existente é a falta de suporte da área clínica, que ilustramos a fala da educadora a seguir:

A gente não tem para onde encaminhar as crianças que precisam de um fonoaudiólogo, de terapia ocupacional, então muitas vezes eu compro bolinha, eu improviso para que a criança tenha uma maior percepção pra poder segurar os objetos, algumas crianças estão no estágio sensório motor ainda, então falta esse suporte para encaminhamento na área clínica (Professora 3).

É muito evidenciada pelas educadoras a “necessidade de uma equipe multidisciplinar na escola”, para elas isso facilitaria, uma vez que ao invés de buscarem encaminhados para atendimentos fora da escola, eles tivessem lá mesmo. Assim, eles seriam acompanhados tanto no aspecto pedagógico, por elas, quanto nas questões clínicas, por um especialista da área médica.

Aproximando essa informação, em particular pela escuta dessas professoras, com outras experiências das quais participamos junto aos professores das redes de ensino, percebemos que os relatos a esse respeito denotam certa deslegitimação do fazer pedagógico para os profissionais dos serviços médicos e especialistas, como se esses atendimentos fossem indispensáveis às exigências do desempenho escolar desses alunos, ou ainda, como se os saberes pedagógicos fossem secundários ou de menor importância.

Um aspecto importante de se considerar é o fato de que a preparação da escola inclusiva não pode convergir para a única “aposta” no papel do AEE, ao que parece equivocadamente tomado no contexto da política educacional contemporânea. A construção de uma escola inclusiva é um processo que deve envolver atuação e investimento do poder público na melhoria das escolas e das condições da educação e do trabalho docente. Conseqüentemente, gestores, educadores, profissionais de apoio e todos os alunos da escola, ou seja, toda a comunidade escolar que deve estar implicada também no processo de mudança para a melhoria das ações educativas, e estas ações, devem se dar nas dimensões da acessibilidade, da mudança de valores e de atitudes e de transformações na dimensão da prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo realizado percebemos que a formação continuada em serviço, é uma forma de atualizar os professores diante dos conhecimentos produzidos na sua área e que deve proporcionar condições formativas para o educador. Entretanto, evidencia-se a existência de fragilidades formativas sobre a área de educação especial na graduação, visto que os conhecimentos acerca dessa área parecem ser insuficientes nesse nível de ensino.

De acordo com a pesquisa, concluímos que as formações continuadas, na visão das entrevistadas, se dão de forma satisfatória. Todavia, é possível perceber indícios de fragilidades formativas que, possivelmente, refletem na prática pedagógica com esses alunos, ainda pouco significativa em termos de impactos reais na evolução das aprendizagens escolares. Nesse sentido, para um melhor entendimento acerca dessa problemática, consideramos necessários estudos e pesquisas mais aprofundadas, o que justifica nosso interesse em dar continuidade a esse estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

_____. **Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: SEESP/GAB, 2010.

FIGUEIREDO, R. V. (Relatório de pesquisa) **Gestão da Aprendizagem na Diversidade**. Universidade Federal do Ceará. 2008.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola - por uma escola das diferenças** - Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE - UFC / SEESP / UAB / MEC Versão 2010.

SILVEIRA. S. M. P. **Tira! Bota! Deixa o Zambelê Ficar: o papel das salas de apoio pedagógico para inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2000. 138 p.